



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO  
AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

Contratação de serviços de transportes intermunicipal e intramunicipal, incluindo veículos abastecidos e motoristas devidamente habilitados, para transporte de pessoas, materiais e pequenas cargas, visando atender as necessidades de locomoção decorrentes ao ano de 2026.

### 2. JUSTIFICATIVA

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão possui intensa atividade, tanto na Capital do Estado, onde fica sua sede, como nas Zonas Eleitorais localizadas nas cidades do interior do Estado. Ressalte-se que é vasto o intercâmbio de informações, pessoas e bens entre estes órgãos da Justiça Eleitoral. Em várias situações da atividade administrativa e judicante desta Justiça Especializada requer-se agilidade e operacionalidade na execução das tarefas que lhe são inerentes.

No exercício de suas atribuições, por vezes é necessário ao TRE-MA promover o deslocamento de servidores, membros e pequenas cargas, no cumprimento do interesse público. Entretanto, este Regional não dispõe de frota em quantitativo suficiente ao atendimento dessas necessidades, justificando-se a presente contratação no suprimento dessa carência, que constitui verdadeiro óbice operacional e obstáculo à consecução do interesse público, segundo os princípios da eficiência e da celeridade.

Além de garantir a continuidade dos serviços, a justificativa do setor requisitante enfatiza a necessidade de ampliar a capacidade logística de transporte, abrangendo pessoas, materiais e documentos. Tal expansão é crucial para que o Tribunal cumpra seu cronograma de metas para o ano de 2026 sem comprometer a execução das suas atribuições rotineiras.

O serviço de transporte é essencial para o cumprimento das metas do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Faz-se importante destacar que houve um aumento expressivo na demanda por deslocamentos, impulsionado por novas ações administrativas e preparativos para o Pleito Eleitoral 2026. Entre as atividades que fundamentam este procedimento, destacam-se:

- Recadastramento biométrico e instalação de postos de atendimento;
- Manutenção preventiva de equipamentos de informática nas zonas eleitorais;
- Apoio logístico a correições, audiências públicas e vistorias técnicas aos locais de funcionamento dos PATs
- Processos SEI relacionados: 0003044-64.2025.6.27.8061; 0002578-22.2026.6.27.8001; 0003401-57.2026.6.27.8110; 0009953-14.2025.6.27.8000; 0002697-24.2026.6.27.8052; 0019059-34.2024.6.27.8000.

Diante desse cenário, de modo a não causar uma insuficiência dos serviços de transportes deste Regional e consequente ineficiência do serviço público, considerando a previsão de aumento da demanda, justifica-se a instrução do presente feito.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Trata-se da contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de locação de veículos, com motorista, combustível e sua devida manutenção, conforme especificações e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, por meio do Sistema de Registros de Preços, nos termos do art 3º, inciso V do Decreto nº 11.462/2023, tendo em vista que não é possível a definição prévia do quantitativo a ser utilizado, tal como na eventualidade de quilometragem adicional ou na ampliação do período de viagem, nos termos do art. 40, inciso II c/c Seção V da Lei n.º 14.133/2021, bem como considerando as hipóteses de enquadramento prevista no art. 3º do Decreto n.º 11.462/2023.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Trata-se de serviço **comum de natureza eventual**, pois a contratação fundamenta-se na-necessidade do **reforço de frota para subsidiar a continuação dos serviços** de manutenção das atividades administrativas e judicantes deste Tribunal Regional Eleitoral.

#### 4.2. Requisitos gerais:

a) Os veículos devem ser adequados para diferentes tipos de deslocamentos, tanto em áreas urbanas quanto rurais,

garantindo a segurança e o conforto dos passageiros;

b) Os veículos a serem locados devem atender a certos critérios de qualidade e segurança, como manutenção regular, documentação em dia e condições adequadas de conforto;

c) Podem ser necessários diferentes tipos de veículos, dependendo da natureza do deslocamento, como carros de passeio, vans ou veículos utilitários;

d) O prestador de serviço deve garantir a disponibilidade dos veículos e dos motoristas conforme a demanda do tribunal, respeitando os horários e locais de deslocamento estabelecidos;

e) É de responsabilidade do prestador de serviço realizar a manutenção preventiva dos veículos, respeitando as especificações e condições impostas pela montadora, bem como a manutenção corretiva, de modo a garantir a plena operacionalidade e segurança da frota.

f) O contrato deve estabelecer claramente os termos e condições da locação, incluindo prazos, valores, formas de pagamento, penalidades por descumprimento e procedimentos de rescisão;

g) O contrato deve prever a realização de avaliações periódicas do serviço prestado, com oportunidade para ajustes e melhorias conforme necessário, visando sempre a otimização da eficiência e qualidade dos deslocamentos.

h) Normativos e legislação específicos a serem observados pela contratada:

- Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

- Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503/1997;

- Resoluções vigentes do CONTRAN aplicáveis ao transporte de passageiros e cargas;

- Legislação trabalhista pertinente aos motoristas profissionais (CLT e normas correlatas);

- Normas ambientais referentes ao descarte de resíduos automotivos, óleos lubrificantes, pneus e manutenção veicular;

- Regulamentações sobre saúde e segurança do trabalho aplicáveis aos empregados envolvidos na execução contratual.

4.3. No tocante à **sustentabilidade social**, deverá a Contratada:

a) Zelar, por meio da atuação dos seus prepostos, pelo bem-estar dos trabalhadores alocados na execução dos serviços, cuidando especialmente do efetivo uso pelos profissionais dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa (cintos de segurança, calçados e vestimentas adequados ao tipo de atividade etc), minimizando a possibilidade de ocorrência de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais.

b) Garantir, através de monitoramento criterioso, que os trabalhadores cumpram a jornada de trabalho adequada, a fim de evitar que motoristas conduzam veículos sem condições físicas (exaustos, com sono, efetuando “dobra” irregular), observando os intervalos inter e intrajornada prescritos na legislação específica dos serviços locação, para as quais o mercado está preparado.

4.4. Deverão ser observados os seguintes critérios de **sustentabilidade ambiental**:

a) Efetuar o manejo correto dos resíduos sólidos gerados a partir da execução do objeto contratual, dando a adequada destinação a pneus, óleos, fluidos, materiais plásticos, borrachas e todo e qualquer resíduo produzido, observadas sempre as recomendações dos fabricantes de produtos e peças automotivas;

b) A observância do requisito acima será verificada por meio da aposição dos carimbos de revisões nos manuais dos veículos por oficinas formais e regulares, não sendo admitida a realização de trocas de óleos e fluidos de maneira artesanal - fora de estabelecimentos especializados para tal atividade;

c) Manter todas as manutenções preventivas e corretivas dos veículos rigorosamente em dia, conforme especificações dos fabricantes e em consonância com a quilometragem de cada veículo, a fim de diminuir a ocorrência de queima irregular de combustível e consequente emissão de poluentes na atmosfera e no solo, bem como o desgaste prematuro de peças e componentes, ajudando assim a reduzir o passivo ambiental produzido pela execução do objeto contratual, fazendo prova da boa condição dos veículos no momento de sua apresentação para a inspeção pela Fiscalização do Contrato.

4.5. **Vistoria ou visita técnica**

4.5.1. É facultada aos proponentes a realização de vistoria técnica nos locais de execução dos serviços, a fim de obtenção de subsídios para a adequada elaboração de suas propostas comerciais;

4.5.2. Caso opte por não realizar a vistoria, a licitante deverá apresentar, junto à sua proposta, declaração de que conhece as condições e o local de execução, assumindo total responsabilidade por eventuais dificuldades técnicas não previstas, nos termos do art. 63, §3º da Lei nº 14.133/2021

4.6. **Subcontratação**

Não será admitida a subcontratação integral do objeto contratual, tendo em vista a necessidade de manutenção da responsabilidade técnica, operacional e administrativa da contratada sobre os serviços prestados. Poderá ser autorizada, excepcionalmente, a subcontratação de atividades acessórias ou complementares, desde que previamente aprovada pela Administração e sem transferência da responsabilidade contratual, quando essa subcontratação ocorrer em locais de difícil acesso.

4.7. **Garantia de execução do contrato**

Será exigida garantia contratual correspondente a até 5% do valor inicial do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, podendo a contratada optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

A garantia deverá assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive multas, prejuízos decorrentes de inadimplemento e demais encargos previstos contratualmente.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1 Especificação dos veículos a serem locados

Na escolha e caracterização dos veículos foram levadas em consideração as peculiaridades do terreno e vias de acesso para onde os veículos transitarão e estabelecido o mínimo de requisitos necessários à salubridade, à segurança no desempenho da atividade e ao conforto dos servidores.

O serviço de transporte incluirá veículos licenciados e motoristas devidamente habilitados, combustível e seguro total, ficando a contratada responsável por quaisquer danos causados a terceiros, bem como multas de trânsito, lavagens, eventuais despesas com reboques (guincho), manutenção decorrente de defeitos e eventuais necessidade de travessia em balsas, etc.

a) Os **veículos leves** deverão ter a seguinte especificação:

Veículos Sedan, executivo, 04(quatro) portas, ano/modelo 2024 ou superior, com cilindrada mínima de 1.4 com vistas a proporcionar um melhor desempenho nos deslocamentos, com todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação de transportes e trânsito, em perfeito estado de conservação e apresentação e manutenção rigorosamente em dia, demonstrada através dos respectivos carimbos no manual do veículo, combustível, motorista, direção hidráulica, ar condicionado, com capacidade para no mínimo 05(cinco) passageiros;

b) As **caminhonetes com tração 4x4 - pick-up**, deverão ter a seguinte especificação:

Caminhonetes 4x4, a diesel ou gasolina, cabine dupla, 04(quatro) portas, ano/modelo 2024 ou superior, com todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação de transportes e trânsito, em perfeito estado de conservação e apresentação e manutenção rigorosamente em dia, demonstrada através dos respectivos carimbos no manual do veículo, combustível, motorista, direção hidráulica, ar condicionado, carroceria com capota marítima para a devida proteção dos materiais transportados contra chuvas e poeira, capacidade para no mínimo 05(cinco) passageiros;

c) Os veículos tipo **VAN Executiva** deverão ter a seguinte especificação:

Veículo tipo VAN, executiva, ano/modelo 2024 ou superior, com todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação de transportes e trânsito, em perfeito estado de conservação e apresentação e manutenção rigorosamente em dia, demonstrada através dos respectivos carimbos no manual do veículo ou outro documento idôneo, combustível, motorista, direção hidráulica, ar condicionado, poltronas reclináveis para no mínimo 15 (quinze) passageiros;

d) Os veículos tipo **VAN Furgão** deverão ter a seguinte especificação:

Veículo tipo VAN, furgão, ano/modelo 2024 ou superior, com capacidade de no mínimo de 10,4m<sup>3</sup> de volume no compartimento de carga, com todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação de transportes e trânsito, em perfeito estado de conservação e apresentação e manutenção rigorosamente em dia, demonstrada através dos respectivos carimbos no manual do veículo ou outro documento idôneo, combustível, motorista, direção hidráulica, ar condicionado.

5.1.2 Em até 5 (cinco) dias antes da utilização dos veículos, ocorrerá uma inspeção, conforme lista de verificação (*checklist*) constante no Anexo I, que será realizada na Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, sob a incumbência da Seção de Gestão de Transportes (NAV) e Comissão de Veículos.

5.1.3 Em caso de impossibilidade de apresentação do veículo, devidamente justificada e acatada pelo NAV, a empresa deverá enviar fotos que comprovem o bom estado de conservação dos veículos, tal como dos pneus, faróis em funcionamento, parte interna, estepes, placa, etc.

5.1.4 Tal inspeção visa aferir se o veículo está em bom estado de conservação, através de verificações básicas e de fácil avaliação por qualquer usuário médio. O *checklist* é elemento essencial para a aprovação do veículo que será utilizado.

5.1.5 Sendo rejeitado o veículo, a CONTRATADA terá até o dia seguinte para apresentar novo veículo para inspeção. Havendo nova rejeição do veículo apresentado, estará caracterizada a inexecução parcial da obrigação e será aplicada multa prevista em capítulo próprio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

### 5.2 Da manutenção dos veículos locados

5.2.1 A contratada deverá substituir o veículo por outro de mesma especificação quando o tempo previsto para execução dos serviços de revisão e manutenção preventiva e corretiva (compreendendo a troca de óleo e filtros, a substituição das peças de desgaste natural, o conserto ou a troca de componentes ou equipamentos danificados ultrapassar 3 (três) horas.

5.2.2 Caso essa necessidade de revisão e manutenção ocorra na véspera ou no dia da Eleição, a substituição dos veículos deverá ser em 30 (trinta) minutos de modo a não comprometer a realização das eleições.

5.2.3 Qualquer dano que venha a ocorrer nos veículos, desde que a administração não tenha concorrido para a ocorrência do dano, será de inteira responsabilidade da contratada, a quem compete arcar com o custo da franquia do seguro.

5.2.4 A responsabilidade pela remoção do veículo com problemas de locomoção será inteiramente da contratada.

### 5.3 Seguro dos veículos

- 5.3.1 Acidentes na prestação do serviço é de inteira responsabilidade do contratado.
- 5.3.2 Os veículos deverão estar segurados, pelo valor de mercado, contra os seguintes eventos:
- a) COLISÃO: perda total e/ou danos materiais por colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente, queda de objetos estranhos sobre o veículo, submersão por inundação ou alagamento de qualquer tipo, granizo, bem como despesas necessárias como socorro e salvamento, entre outros, inclusive atos de terceiros;
  - b) SUBMERSÃO: dano por inundação ou alagamento de qualquer tipo, granizo, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento, entre outros, inclusive atos de terceiros;
  - c) INCÊNDIO: perda total e/ou danos materiais parciais por incêndio, bem como despesas necessárias com socorro e salvamentos, entre outros;
  - d) ROUBO: roubo ou furto de veículo e, inclusive, a sua tentativa;
  - e) DANOS MATERIAIS E CORPORAIS CAUSADOS A TERCEIROS: Valor mínimo de indenização: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por pessoa afetada.
  - f) ACIDENTES PESSOAIS: Valor mínimo de indenização: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por passageiro.

**5.4 Exigências necessárias para o condutor do veículo**

- 5.4.1 Os requisitos para a seleção do motorista, visam a resguardar a boa prestação de serviço e proporcionar ao usuário segurança. Abaixo enumera-se os requisitos necessários:
- 5.4.2 O motorista deverá estar devidamente habilitado pelos órgãos competentes, com experiência mínima de 2 (dois) anos.
- 5.4.3 Deverá ser apresentada cópia dos seguintes documentos:
- a) Carteira Nacional de Habilitação válida;
  - b) Comprovante de residência;
  - c) Certidão de antecedentes criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública Estadual ( Polícia Civil) e Federal ( Polícia Federal).
  - d) Certificado de conclusão do ensino médio.
- 5.4.4 Os motoristas deverão se apresentar devidamente uniformizados, utilizando vestimentas adequadas à prestação do serviço, em bom estado de conservação e identificados por meio de crachá visível, durante toda a execução contratual.

**5.5 Demanda a ser contratada e local de prestação de serviços**

**5.5.1. Local de execução dos serviços**

Os serviços serão executados no âmbito do Estado do Maranhão, incluindo deslocamentos intermunicipais e intramunicipais, conforme necessidade administrativa do TRE-MA, abrangendo a sede do Tribunal, Zonas Eleitorais e demais localidades vinculadas às atividades institucionais.

**5.5.2. Carros que ficarão à disposição da Secretaria do Tribunal**

Os veículos destinados à secretaria ficarão disponíveis para eventuais necessidades deste Tribunal, ficando à disposição para utilização em todo o Estado. A alocação máxima será de 4 (quatro) veículos do tipo van executiva, 4 (quatro) do tipo van furgão, 4 (quatro) do tipo caminhonete e 2 (dois) do tipo sedã, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	QUANTIDADE MÍNIMA DE VEÍCULOS (DIÁRIO)	QUANTIDADE ESTIMADA DE VEÍCULOS (DIÁRIO)	QUANTIDADE ESTIMADA DE DIÁRIAS TOTAL	QUANTIDADE ESTIMADA DE KM TOTAL
Veículo tipo VAN, executiva	1	4	150	25.000 km
Veículos tipo VAN, furgão	1	4	150	25.000 km
Caminhonete 4x4	1	4	250	15.000 km
Veículos leve (Sedan)	1	2	120	6.000 km

**5.5.3. Quantidade estimada de quilômetros para cada tipo de veículo:** mínimo de 200 km (duzentos

quilômetros e máximo de 1.000 km (mil quilômetros).

## **5.6 Horário para prestação do serviço:**

5.6.1 O Horário de execução dos serviços será das 07h às 19h30, inclusive aos sábados, domingos e feriados. No dia e véspera da Eleição o horário poderá ser estendido até às 24h, e iniciará às 06h.

5.6.2 Durante a noite, a partir das 19h, é proibida a realização de viagens intermunicipais, salvo quando decorrente de fato urgente e se autorizado pela Comissão de Veículos e Contratado.

5.6.3 Caso esteja em deslocamento intermunicipal e ultrapasse o horário das 19h o motorista e passageiro deverão interromper a viagem na próxima cidade da rota.

5.6.4 Caso o veículo não seja disponibilizado no horário e data preestabelecidos, incidirá multa nos termos previstos neste Termo de Referência.

## **5.7 Obrigações da Contratada:**

5.7.1 Apresentar documentação, em até 5 (cinco) dias antes do início da prestação dos serviços, dos motoristas alocados, que deverá conter: nome completo; data de nascimento; habilitação, endereço completo e telefone de contato;

5.7.2 Entregar os veículos com a documentação devidamente regularizada à fiscalização do contrato, juntamente com a cópia da carteira nacional de habilitação do motorista condizente com o tipo de veículo a ser conduzido;

5.7.3 Proceder à inspeção, manutenção e reparo de cada um dos veículos antes de sua entrega à pessoa credenciada pelo TRE-MA, de forma a entregá-lo em perfeitas condições de uso e de acordo com as demais exigências estipuladas no Contrato;

5.7.4 Manter atualizado o registro diário de frequência do motorista e do deslocamento do veículo respectivo, indicando a marcação do hodômetro (quilometragem) na origem e destino, conforme Relatório de Viagem;

5.7.5 Cumprir as orientações gerais de serviços determinadas pela fiscalização da contratante contida na licitação e nas cláusulas deste Termo de Referência.

5.7.6 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante o Art. 125 da Lei n.º 14.133/2021;

5.7.7 Indicar formalmente preposto para acompanhar a prestação do serviço, estando o mesmo apto a dirimir todas as questões contratuais;

5.7.8 Atender, de imediato, às solicitações do contratante quanto à substituição de veículos e/ou motoristas não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

5.7.9 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato;

5.7.10 Responsabilizar-se, em relação aos profissionais disponibilizados para condução dos veículos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços e pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

5.7.11 Arcar com as despesas relativas à combustível, troca de óleo, lubrificantes e demais suprimentos, bem como lavagem de veículos, necessários ao fiel cumprimento do objeto de contratação;

5.7.12 Não permitir que qualquer motorista se apresente com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica;

5.7.13 Dar ciência imediata e por escrito ao **CONTRATANTE** sobre qualquer anormalidade verificada na locação dos veículos;

5.7.14 Manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de multa, rescisão contratual;

5.7.15 Responsabilizar-se por quaisquer danos provocados à Contratante ou terceiros, decorrentes de atos de preposto ou funcionários seus relacionados à execução deste contrato;

5.7.16 Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TRE-MA, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à Contratada, durante e após a vigência do contrato, observados ainda, no que couber, as diretrizes vigentes atribuídas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018), bem como da Resolução CD/ANPD nº 2/2022.

5.7.17 Garantir que seja observada, pelos colaboradores em geral, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, conforme Portaria nº 13/2026 - TRE/MA.

## **5.8 Obrigações do Contratante:**

5.8.1 Informar os prazos e locais de execução e a relação dos servidores que utilizarão os respectivos veículos;

5.8.2 Atestar a regular prestação do serviço ao término de cada período de locação;

5.8.3 Pagar a empresa na forma neste Termo de Referência;

5.8.4 Promover, por meio da comissão designada, as anotações em registros próprios das ocorrências e falhas detectadas na execução e comunicar à empresa os fatos que exijam medidas corretivas;

5.8.5 Aplicar as penalidades devidas, no caso da inexecução das obrigações previstas neste termo de referência ou no edital de licitação.

## **6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1 A prestação dos serviços consiste no fornecimento de veículos legalmente licenciados, em perfeito estado de conservação, limpeza e utilização, de acordo com as especificações descritas no subitem 5.1 deste Termo de Referência, com motorista e combustível, para condução de autoridades, servidores e pequenas cargas de interesse do TRE/MA, no âmbito desta capital e em viagens ao interior do Estado do Maranhão, conforme indicado pela Contratante;

6.2 A Contratada deverá apresentar ao Fiscal do Contrato, no ato de disponibilização dos serviços, cópia autenticada dos documentos dos veículos e da habilitação dos motoristas indicados para a execução do objeto. Em caso de troca de qualquer veículo ou motorista, deverá ser atualizada a respectiva documentação junto à fiscalização da Contratante;

6.3 A prestação dos serviços deverá prever, por conta da contratada, a reposição de peças, serviços mecânicos em geral, taxas, assim como os encargos sociais devidos em função dos seus funcionários, para atendimento das diversas demandas deste Órgão.

6.4. Os veículos a serem utilizados serão solicitados de acordo com a necessidade do TRE-MA e a contratada deverá disponibilizá-los com combustível, Certificados de Registro e Licenciamento e seguro obrigatório em dia, em plenas condições de uso, segurança e conservação e motoristas devidamente uniformizados, identificados e habilitados para o tipo de veículo que está sendo locado;

6.4.1. Os veículos que serão disponibilizados pela Contratada deverão ser apresentados ao Fiscal do Contrato na Sede do TRE-MA, situada à Avenida Senador Vitorino Freire, S/N, Areinha, podendo permanecer à disposição da Contratante, inclusive em sábados, domingos e feriados;

6.4.2. Em caso de necessidade de manutenção de veículo ou ocorrência de algum sinistro, a contratada providenciará a imediata substituição por outro automóvel similar ou superior, no prazo de até 02 (duas) horas, para os serviços prestados na região metropolitana de São Luís, e de até 12 (doze) horas, para os serviços prestados no interior do estado;

6.5. Nos preços propostos deverão estar contidos todos os custos diretos e indiretos, tributos, materiais, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

6.6 A alimentação dos motoristas e o combustível de cada veículo locado correrão por conta da Contratada;

6.7 O estabelecimento de sistema de rodízio entre os motoristas ou o pagamento de horas extras será de responsabilidade da contratada, com observância da legislação específica, sendo que a jornada de trabalho deverá ser executada de acordo com a necessidade de serviço e em estrita observância às normas trabalhistas vigentes para a categoria;

6.8. Deverão ser disponibilizados motoristas com celular e veículos apropriados à prestação dos serviços, os quais devem ser mantidos em perfeito estado de conservação, limpeza e segurança, portando documentos, equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito;

6.9. Os serviços deverão estar disponíveis todos os dias da semana, em horário integral, ficando a CONTRATADA obrigada a informar telefone local, para que a Contratante possa solicitá-los;

6.10. As solicitações de serviços de viagens intermunicipais deverão ser devidamente justificadas pela unidade solicitante do Tribunal;

6.11. No ato da disponibilização dos serviços a contratada deverá apresentar cópia autenticada dos documentos dos veículos e da habilitação dos motoristas condutores. Em caso de troca de qualquer veículo ou motorista, deverá ser atualizada a respectiva documentação junto à fiscalização da Contratante;

6.12 A CONTRATADA ficará obrigada a iniciar a execução dos serviços contratados para deslocamentos na sede do município e na região metropolitana, no prazo máximo de 2 (duas) horas e, em viagens intermunicipais, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar, em ambos os casos, da solicitação da CONTRATANTE, mediante ordem de serviço, sob pena de aplicação de sanções contratuais.

6.13. Os veículos utilizados na prestação dos serviços objeto da presente licitação deverão possuir todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação de transportes e trânsito, estarem em perfeito estado de conservação e apresentação (bancos, forros, tapetes, carpetes, itens de acabamento, etc), e apresentarem manutenção rigorosamente em dia, demonstrada através dos respectivos carimbos no manual do veículo ou outra forma de comprovação admissível;

6.14. Quando demandada, a CONTRATADA, nos deslocamentos, fica obrigada a aguardar o usuário pelo tempo necessário, sem quaisquer ônus adicionais à CONTRATANTE;

6.15 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros, ao patrimônio do TRE/MA, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados ou prepostos, bem como pelas multas de trânsito e eventuais despesas de reboque, pelos danos à integridade física das pessoas à serviço da CONTRATANTE e/ou a objetos transportados nos veículos;

6.16. Durante a execução dos serviços, a Contratada deverá transportar somente pessoas que estejam prestando serviço para o TRE-MA.

6.17. Durante a execução dos serviços, a Contratada deverá transportar somente pessoas que estejam prestando serviço para o TRE-MA.

6.18. Quantidade estimada de veículos a cada lote de diárias contratadas:

6.18.1. A contratada deverá disponibilizar pelo menos 04 (quatro) Veículos tipo VAN, executiva;

6.18.2. A contratada deverá disponibilizar pelo menos 04 (quatro) Veículos tipo VAN, furgão;

6.18.3. A contratada deverá disponibilizar pelo menos 04 (quatro) Caminhonetas 4x4, a diesel ou gasolina, cabine dupla, 04 (quatro) portas;

6.18.4. A contratada deverá disponibilizar pelo menos 02 (dois) Veículos Sedan, executivo, 04 (quatro) portas, com cilindrada mínima de 1.4

A utilização do serviço, de forma ordinária, será um veículo de cada item por dia. Caso a demanda aumente, o TRE notificará a empresa com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, podendo utilizar até o limite máximo de veículos de cada item - 04 veículos para os itens 6.18.1, 6.18.2 e 6.18.3, e 02 veículos para o item 6.18.4.

## **7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

### **7.1 Gestão e Fiscalização Contratual**

7.1.1 A fiscalização da execução dos serviços ficará a cargo do servidor que será transportado para cada viagem intermunicipal a ser solicitada. Já para os veículos que ficarão disponibilizados na sede do Tribunal, a fiscalização pela execução ficará sob o comando da Seção de Gestão de Transportes.

7.1.2 Os fiscais ficarão responsáveis por atestar o serviço prestado e observar o cumprimento de todas as regras estabelecidas neste instrumento.

7.1.3 A comissão de veículos, designada pelo Tribunal, será responsável por gerenciar todas as fases da contratação, inclusive a execução, anotando em registro próprio as informações que julgar convenientes e as falhas detectadas e emitindo relatórios em 2 (duas) vias, uma das quais será encaminhada para o representante da contratada.

7.1.4 A Comissão responsável pela fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização e terá plenos poderes para decidir sobre questões técnicas e burocráticas, sem que isto implique transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente competência da contratada.

7.1.5 As relações entre a contratada e o Tribunal serão mantidas, prioritariamente, por intermédio do servidor ou da equipe responsável pela fiscalização junto ao Preposto da Contratada.

7.1.6 Após entregues todos os atestados pelos fiscais, a Comissão de Veículo os analisará e atestará a conformidade geral do serviço prestado.

7.1.7. As relações entre a Contratada e o Tribunal serão mantidas, prioritariamente, por intermédio do servidor ou da equipe responsável pela Fiscalização junto ao preposto da Contratada, ocorrendo as comunicações prioritariamente por e-mail, aplicativo de mensagens ou outro meio idôneo para fins de registro.

7.1.8. Considerar-se-á realizada a notificação e iniciado o prazo para resposta ou execução no primeiro dia útil subsequente ao envio da mensagem eletrônica, independentemente de confirmação de leitura ou resposta da Contratada, desde que o envio tenha ocorrido dentro do horário de expediente da Contratante.

7.1.9. Eventual alteração nos endereços eletrônicos da Contratada deverá ser comunicada formalmente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de serem consideradas válidas as notificações enviadas aos endereços anteriormente cadastrados.

### **7.2 Das sanções administrativas**

7.2.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2.2 Ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas serão aplicadas as seguintes sanções:

7.2.2.1 **Advertência**, em caso de inexecuções parciais de baixo potencial lesivo, assim entendidas como aquelas que não comprometam a execução do objeto.

7.2.2.2 **Impedimento de licitar e contratar com a União** pelo prazo de até 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 7.2.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 7.2.1, bem como pela prática de condutas sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar (subitem 7.2.2.2) que, pela extensão dos danos, justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2.4 **Multa**:

7.2.2.4.1 **Moratória** de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso injustificado no cumprimento das obrigações e prazos contratuais, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.2.2.4.1.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a converter a multa moratória em compensatória e promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.2.4.2 **Compensatória de 2% a 10% sobre o valor total do contrato**, nos descumprimentos e inexecuções parciais que comprometam a execução do objeto, desde que não configurem a hipótese prevista na alínea “b” do subitem 7.2.1, conforme tabela abaixo:

**TABELA**

CONDUTA TÍPICA	PERCENTUAL APLICÁVEL (%)	INCIDÊNCIA
Deixar de substituir veículo por outro de mesma especificação quando o tempo previsto para execução dos serviços de revisão e manutenção ultrapassar 3 (três) horas ou, em se tratando de dia de Eleição ou sua véspera, 30 minutos;	5 a 10	Por ocorrência e por veículo
Retardar na remoção de veículo com problemas de locomoção, causando perturbação nos serviços da Zona Eleitoral ou ao trânsito da localidade;	2 a 10	Por ocorrência e por veículo
Alocar na execução do contrato motorista sem a necessária habilitação para a categoria do veículo que deverá conduzir	5 a 10	Por ocorrência
Deixar de contratar guias locais nas localidades onde se faz necessária a orientação dos motoristas acerca das rotas, causando falha e/ou retardamento na execução dos serviços;	2 a 10	Por ocorrência
Deixar de cumprir, injustificadamente, as orientações gerais de serviços determinadas pela fiscalização da contratante.	2 a 10	Por ocorrência
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	8 a 10	Por ocorrência
Deixar de entregar ou de regularizar a documentação exigida, seja para prestação do serviço seja para instrução de processo de pagamento	2 a 5	Por ocorrência
Deixar de cumprir outras obrigações previstas no Edital e seus Anexos	2 a 10	Por ocorrência

7.2.2.4.3 **Compensatória de 11% a 30% sobre o valor total do contrato**, nas hipóteses sujeitas às sanções de impedimento de licitar e contratar (subitem 7.2.2.2) e declaração de inidoneidade (subitem 7.2.2.3).

7.2.2.4.3.1 Também será punível com esta multa a contratada que incorrer em qualquer das condutas típicas relacionadas no subitem 7.2.1 e resultar prejuízo incontornável à realização do pleito eleitoral ou graves



consequências à Administração Pública ou a terceiros, hipótese em que estará configurada a INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO.

7.2.3 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.2.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.2.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.2.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou cobrada judicialmente.

7.2.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.2.8 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante.

7.2.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.2.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.2.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **8 FORMA DE MENSURAÇÃO DO CUSTO DA LICITAÇÃO E PAGAMENTO**

### **8.1 Metodologia:**

8.1.1 A metodologia utilizada para mensurar os custos da licitação está baseada nas variáveis quilometragem rodada e a diária de disponibilização do veículo e motorista. Ambas conjugadas resultarão no valor a pagar à contratada.

8.1.2 A quilometragem rodada custeará as despesas com combustível e despesas com manutenção do veículo. A diária de disponibilização do veículo e motorista custeará as despesas com o preço da locação do veículo, com seus custos inerentes, e as despesas com o motorista contratado, inclusive em viagens. Ambas as variáveis remuneram os serviços do transporte a contratar.

8.1.3 A diária de disponibilização do veículo e motorista, tendo característica de um custo fixo na contratação, irá remunerar a empresa mesmo nos casos em que o quilômetro utilizado naquele dia não seja suficiente para suprir os custos operacionais do contratado.

8.1.4 A diária fixa será estabelecida com base em uma rodagem limite de até 200 (duzentos) quilômetros por dia. Na hipótese de a quilometragem percorrida ultrapassar esse limite, o valor a ser pago à CONTRATADA será acrescido proporcionalmente aos quilômetros excedentes, de acordo com os valores unitários previamente definidos para cada tipo de veículo no presente Termo de Referência.

8.1.5 O quilômetro rodado, por outro lado, remunera os custos variáveis do contratado, tal como combustível e manutenção do veículo, dentre outros.

8.1.6 Quanto à quilometragem rodada deverá ser obedecido o seguinte:

a) Planejamento prévio, com quilometragem e destinos definidos, conforme Relatório de Viagem, **conforme Anexo II**.

b) O motorista do veículo deverá realizar o percurso pré-determinado no Relatório de Viagem, salvo situações imprevisíveis, as quais deverão ser registradas, devendo o servidor usuário dos serviços, neste caso, registrar novo trajeto percorrido devidamente justificado, para análise pela Fiscalização do contrato.

c) As quilometragens previstas dos trajetos percorridos serão levantadas por meio do aplicativo Google Maps de medição de quilometragem.

d) Haverá a aferição da quilometragem por anotação do hodômetro do veículo diariamente, quando se inicia e termina a prestação do serviço, registrado no Relatório de Viagem e cientificado pelo passageiro e motorista.

e) Será objeto de pagamento apenas a quilometragem efetivamente utilizada, mesmo que inferior à prevista, e a quantidade de dias de disponibilização dos veículos e motoristas, a qual será conferida e atestada pela fiscalização e servidor usuário dos serviços.

f) As viagens cuja execução por qualquer razão terminem com quilometragem comprovadamente divergente do que a previamente planejada em proporção superior a 10%, (dez por cento) terão a quilometragem ajustada pela

fiscalização do contrato.

g) As viagens terão como referência para efeito de medição inicial e final de quilometragem prevista a sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, localizada na Avenida Vitorino Freire, s/n, Areinha, São Luís-MA. O ponto inicial poderá ser alterado para algum município da rota.

h) A viagem somente poderá ser faturada após aprovação do Relatório de Viagem pela fiscalização do contrato.

i) Os ajustes de quilometragem que se fizerem necessários serão feitos pela fiscalização do contrato, a partir da análise do Relatório de Viagem.

## 8.2 Pagamento:

8.2.1. Após a prestação do serviço em cada mês, a CONTRATADA encaminhará aos membros da Comissão Fiscalizadora as notas fiscais correspondentes aos serviços prestados durante o respectivo período de execução, para atesto dos fiscais do contrato e consequente liquidação da despesa.

8.2.2. O pagamento será efetuado mediante Ordem Bancária, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos serviços, o qual será formalizado através do atesto da respectiva Nota Fiscal, desde que estejam com todos os seus campos devidamente preenchidos.

8.2.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

8.2.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.2.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, sem prejuízo de aplicação de multa prevista em capítulo próprio.

8.2.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.2.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.2.8. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 A adjudicação do objeto deverá ser feita **POR GRUPO**, tendo sido os itens agrupados em 04 (quatro) grupos distintos, segmentados por tipologia de veículo (van executiva, van furgão, caminhonete, veículo leve sedan), conforme subitem 10.1.

9.2 Os valores das propostas deverão prever todos os custos diretos e indiretos pertinentes à execução dos serviços.

9.3 Será considerada vencedora a Licitante que cumprir todas as condições estabelecidas no termo de referência, edital e seus anexos e ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL POR GRUPO**.

9.4 Trata-se de serviços de natureza comum, logo enquadrado na Lei n.º 14.133/2021, Art. 6º, inciso XIII c/c inciso XLI, devendo, dessa forma, ser adotada a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, utilizando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP).

9.5 Considerando que não é possível a definição prévia do quantitativo a ser utilizado, tal como na eventualidade de quilometragem adicional ou na ampliação do período de viagem, já que dependem de diversas variáveis, os preços deverão ser registrados em uma ata de registro de preço, assim como prescreve o Art. 40, inciso II c/c Seção V da Lei n.º 14.133/2021, bem como considerando as hipóteses de enquadramento prevista no Art. 3º do Decreto n.º 11.462/2023.

9.6. Deverá ser apresentada declaração de que a Licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

### 9.7 Proposta de preços:

9.7.1. Cada GRUPO licitado abrange um tipo de veículo a ser locado com as respectivas quantidades de diárias e de quilometragem, conforme subitem 10.1.

9.7.2. Na proposta dos licitantes deverá constar explicitamente o custo do quilômetro unitário rodado e da diária de disponibilização do veículo e motorista em cada item da licitação, assim como:

a) Indicação do nome completo da licitante (pessoa física/pessoa jurídica), endereço, telefone/celular para contato, número do CPF/CNPJ;

b) Especificação do veículo a ser locado (van executiva, van furgão, caminhonete 4x4 ou sedan);

c) O valor da proposta deverá ser expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência;

d) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da sua entrega;

e) Declaração que estão inclusos no valor da proposta todos os tributos, custos e demais encargos que incidam sobre os serviços prestados.

## 9.8. Da qualificação técnica e econômico-financeira dos licitantes

9.8.1. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre aptidão na execução de serviços qualitativa e quantitativamente compatíveis com o objeto desta contratação, assim como o contato das empresas que receberam os serviços.

9.8.1.1. Poderá ser exigido do licitante classificado em primeiro lugar a apresentação do(s) contrato(s) e/ou nota(s) fiscal(is) correspondente(s) ao(s) atestado(s) apresentado(s) para a comprovação da capacidade técnica, caso o(s) atestado(s) apresentado(s) não possua informações suficientes para a satisfação desse requisito.

9.8.2. Documentos necessários à verificação da qualificação econômico-financeira:

9.8.2.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.8.2.1.1 Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices, deverá apresentar patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

9.8.2.2. Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Licitante, com emissão de até 60 (sessenta) dias da abertura da licitação;

9.8.2.2.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação

## 10. ESTIMATIVA DE PREÇO E DE CUSTO

10.1 O custo estimado foi calculado com base em pesquisa de preços realizada em outras contratações públicas e junto a fornecedores. Na composição também foram os utilizados os preços da última licitação do TRE/MA, atualizados pelo IPCA, conforme detalhado nos Estudos Técnicos Preliminares, resultando nos valores abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)	VALOR TOTAL DO GRUPO (R\$)
1	1	Locação de veículo - VAN Executiva (diária)	DIÁRIA	150	1.024,09	153.613,50	359.863,50
	2	Locação de veículo - VAN Executiva (km rodado)	KM	25.000	8,25	206.250,00	
2	3	Locação de veículo - VAN Furgão (diária)	DIÁRIA	150	1.024,09	153.613,50	359.863,50
	4	Locação de veículo - VAN Furgão (km rodado)	KM	25.000	8,25	206.250,00	
3	5	Locação de veículo - Caminhonete 4x4 (diária)	DIÁRIA	250	645,00	161.250,00	228.750,00
	6	Locação de veículo - Caminhonete 4x4 (km rodado)	KM	15.000	4,50	67.500,00	
4	7	Locação de	DIÁRIA	120	574,63	68.955,60	100.455,60

	veículo leve - Sedan (diária)					
8	Locação de veículo leve - Sedan (km rodado)	KM	6.000	5,25	31.500,00	
<b>CUSTO TOTAL ESTIMADO</b>						<b>1.048.932,60</b>

10.2. O custo total estimado da presente contratação é de **R\$ 1.048.932,60 (um milhão quarenta e oito mil novecentos e trinta e dois reais e sessenta centavos)**, conforme detalhado no mapa de preços.

## 11. ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO

11.1 Os serviços objeto desta contratação têm como fato gerador a prestação de serviços de transporte intermunicipal e intramunicipal.

11.2 Quando o serviço for realizado na órbita de apenas um município, nesse caso intramunicipal, é fato gerador de ISS, conforme consta na lista anexa da LC 116/2003, item 16, subitem 16.02.

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

16 - Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal. ([Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016](#))

10.3 Quanto ao local da prestação dos serviços de transporte intramunicipal, considera-se prestado no local onde o serviço é executado, conforme exceção estabelecida no art. 3º, XIX, do referido diploma legal.

Art. 3º **O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador** ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: ([Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016](#))

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa; ([Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016](#)).

11.4 Nesse caso a base de cálculo é o preço do serviço, tendo como alíquota o percentual de 5%. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL terão alíquotas diferenciadas de acordo com seu enquadramento.

11.5 O fato gerador do serviço de transporte intramunicipal, tributado pelo ISS, ocorrerá principalmente na demanda dos carros locados à secretaria do Tribunal, itens 48 e 49 da licitação, pois tais carros ficarão em atividades, em sua maioria, dentro da circunscrição de São Luís. Entretanto, quando tal veículo precisar deslocar-se para viagem, aí surge o fato gerador do ICMS, nesse caso serviço de transporte intermunicipal.

11.6 Para os demais itens da licitação cujo transporte tem natureza intermunicipal o licitante será tributado pelo ICMS.

11.7 O serviço de transporte intermunicipal é fato gerador do ICMS, conforme art. 155, II, da CF/1988, descabendo assim a tributação do ISS.

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993](#))

...

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de **serviços de transporte** interestadual e **intermunicipal** e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993](#))

11.8 O Decreto 19.714/2003, atualizado pela Resolução administrativa 19/2019, que institui o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS também enuncia o fato gerador da obrigação tributária no seu artigo 1, inciso II:

Art. 1º O imposto incide sobre :

...

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

11.9 Nesse caso a base de cálculo é o preço do serviço, tendo como alíquota o percentual de 18%, conforme art. 28,

inciso III, b do RICMS.

11.10 Quanto ao local de prestação do serviço de transporte intermunicipal, conforme art. 30, inciso II, a, o local é onde tenha se iniciado a prestação do serviço. Em nosso caso específico, a cidade de São Luís-MA em regra.

11.11 É de se destacar que o próprio RICMS estabelece a exclusão do crédito tributário, mediante isenção, aos prestadores de serviços de transportes intermunicipais que o realizam nas regiões metropolitanas criadas no Maranhão.

Art. 4º O imposto não incide sobre:

...

X - prestação do serviço de transporte intermunicipal de característica urbana, nas regiões metropolitanas criadas neste Estado.

11.12 Com a aprovação da lei complementar n.º 174/2015 que culminou com a criação da Região Metropolitana da Grande São Luís os transportes intermunicipais dentro dessa região são excluídos da tributação do ICMS.

## CAPÍTULO I

### DA INSTITUIÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO LUÍS

**Art. 1º** A Região Metropolitana da Grande São Luís - RMGSL passa a reger-se pelas normas estabelecidas nesta Lei Complementar.

**Art. 2º** Integram a Região Metropolitana da Grande São Luís os Municípios de Alcântara, Arixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís.

11.13 De todo modo, nesse caso de isenção, não se pode deixar de citar que a exclusão da obrigação principal, no caso pagar o tributo, não exclui a obrigação acessória, tal como emitir os documentos fiscais, o que demonstra a necessidade, mesmo nesse caso, da correta emissão do documento fiscal, conforme determina o Código Tributário Nacional, Lei 5.172/64, art. 175.

Art. 175. Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

Para emissão do documento fiscal, o RICMS no seu art. 122, 156 e 158 estabelece o seguinte:

Art. 122. Os contribuintes do ICMS emitirão, conforme as operações e prestações que realizarem, os seguintes documentos fiscais:

V - Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7.

Art. 156. A Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7 - Anexo SINIEF 20, será utilizada:

I - pelas agências de viagem **ou por quaisquer transportadores** que executarem serviços de transporte **intermunicipal**, interestadual e internacional de turistas **e de outras pessoas**, em veículos próprios ou fretados;

Parágrafo único. Para os efeitos do inciso I, considera-se veículo próprio, além do que se achar registrado em nome da pessoa, aquele por ela operado em regime de locação ou qualquer outra forma.

Art. 158. A Nota Fiscal de Serviço de Transporte será emitida antes do início da prestação do serviço.

§ 1º É obrigatória a emissão de uma Nota Fiscal, por veículo, para cada viagem contratada.

11.14 Não obstante tal regramento contido no RICMS, em 8 de julho de 2016, foi instituído, mediante o Ajuste Sinief 10/2016 no âmbito da CONFAZ, o CTe OS (Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços - CTe OS), modelo 67. Tal instrumento é um novo documento fiscal que substitui a Nota Fiscal de Serviço de Transporte - NFST modelo 7.

11.15 As empresas contratadas deverão, caso não tenham inscrição estadual, cadastra-se na Fazenda Estadual para correta emissão dos documentos fiscais que comprovam o fato gerador do ICMS, tal como a CTE-OS ou a NF modelo 7. Já em relação ao ISS, a empresa deverá se cadastrar na Fazenda Municipal para emissão da Nota Fiscal de Serviços.

## 12. INDICAÇÃO DA FONTE ORÇAMENTÁRIA

12.1 Trata-se de licitação na modalidade pregão eletrônico, por meio de sistema de registro de preço.

12.2 Em se tratando de Sistema de Registros de Preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, nos termos do Art. 17 do Decreto n.º 11.462/2023.

### 13. VIGÊNCIA DA ATA, DO CONTRATO E REAJUSTE

13.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, com renovação dos quantitativos, desde que o preço permaneça vantajoso para a Administração, consoante Art. 84 da Lei n.º 14.133/2021.

13.2 Os períodos da prestação dos serviços poderão ser alterados conforme necessidade, mediante comunicação à CONTRATADA.

13.3 Para a habilitação deverão ser solicitados os documentos exigidos em lei e no Edital do certame, além do(s) atestado(s) de capacidade técnica e demais documentos previstos neste Termo de Referência.

13.4 A vigência dos contratos oriundos da ARP observará o prazo de 1 (um) ano, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei n. 14.133/21.

13.5 O reajuste de preços, quando aplicável, será realizado a partir do índice nacional de preços ao consumidor (IPCA/IBGE), observada a anualidade com data base vinculada à data do orçamento estimado.

### 14. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A contratação considera o Plano Estratégico do TRE-MA aprovado para o interstício 2021-2026, alinhando-se ao macrodesafio APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, o qual se refere à *“adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos”*.

### 15. ANEXOS

ANEXO I- Checklist

ANEXO II- Relatório de viagem/Planejamento Prévio

**MARLENE PINHEIRO DINIZ**

**NAV/TRANSPORTES**

**MATRÍCULA - 3099980**



Documento assinado eletronicamente por **MARLENE PINHEIRO DINIZ, Analista Judiciário**, em 03/06/2026, às 18:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2783893** e o código CRC **1D95E27B**.

0006642-78.2026.6.27.8000	2783893v5
---------------------------	-----------